

UM CAPITÃO DE INDÚSTRIA NO CORAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO

Diego Tavares dos Santos¹

Resumo: Em São Bernardo do Campo/SP, no coração do novo sindicalismo, houve um grupo operário avesso ao discurso sindical, antigrevista e leal à empresa e ao patrão. O presente artigo tenta apresentar algumas das razões que permitiram a construção dessa situação peculiar, enfatizando, em especial, a importância da dominação carismática exercida pelo patrão. Assim, destaquei as fundações sociais da personalidade do patrão, bem como suas posições sociopolíticas, articulando aspectos de sua formação pessoal à moldura geral da tradição paternalista industrial brasileira (marcada pela ação dos famosos “capitães de indústria”), evidenciando alguns dos elementos que permitiram a constituição do tipo de dominação operária que foi imprescindível para a viabilização de sua empresa.

Palavras-chave: novo sindicalismo, Termomecanica, Salvador Arena, paternalismo industrial.

Abstract: In São Bernardo do Campo/São Paulo, in the “heart” of the Brazilian new trade unionism, there was a group of workers against the trade unionist speech and loyal to the company and the boss. This article attempts to show some of the reasons that permitted the construction of this peculiar situation, emphasizing in particular the importance of charismatic domination exercised by the boss. Thus, highlighted the social foundations of the personality of the boss as well as their sociopolitical positions, articulating aspects of your personal traits to the general frame of the Brazilian industrial paternalist tradition (marked by the action of the famous “captains of industry”), showing some of the elements that permitted the constitution of a type of labor domination that was essential to the viability of your company.

Keywords: Brazilian new trade unionism, Termomecanica, Salvado Arena, industrial paternalism

Mais de três décadas após a eclosão, em 1978, das famosas greves no ABC paulista, poder-se-ia dizer que houve uma saturação das pesquisas sociais sobre os operários dessa região. Essas lutas passadas se transformaram num patrimônio que se tornou um marco identitário dos peões do

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.

ABC, mostrando que a combatividade é um dos principais elementos que define o que significa “ser metalúrgico” no ABC (TOMIZAKI, 2007). Contudo, há uma importante exceção a essa identidade combativa: a Termomecânica São Paulo S. A, uma fábrica em que o Lula nunca entrou.²

Retornar à condição operária no ABC paulista pode parecer, à primeira vista, algo um tanto ultrapassado por repisar uma história aparentemente já saturada de investigações. Por isso, atualmente há, no máximo, pesquisas sobre o processo de trabalho e a reestruturação produtiva na região. Todavia, neste artigo, de modo renitente, retorno à história social dos peões do ABC. Entretanto, não o faço para revolver os aspectos combativos tão bem destacados por histórica e competente bibliografia – que nasceu com os clássicos da Sociologia do Trabalho brasileira e percorreu as décadas.³ Retorno à condição operária dos peões do ABC com uma inquietação histórico-sociológica e, partindo dos múltiplos significados da explosão grevista iniciada em maio de 1978 – com Lula à frente –, proponho a seguinte provocação: o que pensar de uma fábrica em que o Lula nunca entrou? O que pensar de uma fábrica situada em São Bernardo do Campo – o coração do novo sindicalismo – que não apenas nunca experimentou greves, como tem um grupo operário que ostenta uma identidade antissindical e leal ao patrão?

A Termomecânica (TM) não é apenas uma empresa entre outras no ABC. Nos bares, igrejas, pontos de ônibus etc., ela é tratada como um ícone da industrialização do ABC, até o ponto de seus operários gozarem de prestígio por lá trabalharem. Há múltiplas dimensões que permitiram que essa fábrica se transformasse numa ilha antissindical no ABC – as quais procurei articular em minha dissertação de mestrado. Entretanto, devido às limitações deste artigo, aqui tratarei apenas da constituição social da mentalidade do patrão – Salvador Arena – que apenas aparentemente foi extemporânea. Nos marcos da pesquisa mais ampla de que se desprende este artigo, pode-se dizer que as práticas paternalistas do patrão foram elementos centrais no tipo de dominação a que foi submetido o grupo operário e que, de maneira incrível, impediu que a linguagem classista tecida pelo sindicato conseguisse deitar raízes na fábrica. Assim, apesar deste artigo aparentar uma biografia intelectual do patrão, na verdade, tem dois objetivos: no primeiro, visível no texto, tentei verificar as origens sociais da mentalidade do já falecido fundador da

² Segue um trecho de uma entrevista com um ex-operário da empresa: *Eles [os peões] tinham um certo (...) afeto com Arena [dono da fábrica], né. Eu acho que eles gostava do Arena (...): 'Esse homem é bom, apesar de ele ser ignorante, apesar desse regime, mas ele é um homem bom porque ele dá salário (...)'. O pessoal era leal mesmo com o Dr. Arena (...). A peãozada trabalhava lá com a camisa molhada de suor (...) e falava assim (...): 'O Dr. Arena é um homem bom.'* (ex-técnico em eletrônica na TM)

³ Entre os mais importantes pesquisadores que investigaram o mundo do trabalho no ABC, pode-se citar: Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Celso Frederico, José Albertino Rodrigues, John Humphrey, José de Souza Martins, Lais Abramo, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, John French, Katia Paranhos, Iram Jácome Rodrigues, Antônio Luigi Negro, Amnérís Maroni, Luis Flávio Rainho, Eder Sader etc.

Termomecânica e, com isso, demonstrar a permanência subterrânea de certas tradições trabalhistas na sociedade brasileira; no segundo, que aponta para além do texto, tentei definir um elemento que, somado a vários outros, permitiu a dominação do grupo operário da TM.

SOCIOLOGIZANDO O *SELF-MADE MAN*

Salvador Arena procurou construir uma imagem quase mítica de *self-made man*. É evidente que sociologizar tal figura implica desconstruí-la. Todavia, apesar de não o compreendermos como um empreendedor cujo gênio criador fez tudo nascer do nada, para delinear a trajetória da TM e da dominação de Arena sobre seus operários é imprescindível ter em conta as fundações sociais da personalidade do patrono. Isto é, para desconstruir a imagem mítica é necessário levá-la a sério. Afinal, à medida que a dominação se fez por meios personalizados, a pessoa importa.

Contudo, não tenho qualquer pretensão de esquadrihar psicologicamente a personalidade de Salvador Arena, mas compreendê-la como um senso prático, um jeito de ser e pensar que foi socialmente construído enquanto subjetivação das inúmeras experiências por ele vividas, experiências estas que foram à vivência cotidiana de tradições que desde há muito compõem a sociedade brasileira. Entre outros elementos, a singularidade da dominação que se efetivou na TM dependeu muito do modo singular como Arena se tornou ele mesmo. Todavia, não farei uma análise de trajetória, mas, sim, apenas recuperarei alguns elementos que considero importantes na construção social dessa personalidade que fez de sua própria peculiaridade um fator decisivo e bastante objetivo para o êxito do tipo de dominação a que submeteu o grupo operário da TM. De qualquer forma, a peculiaridade de Salvador Arena não deve ser entendida como excepcionalidade, mas, sim, como uma singularidade que foi uma combinação específica de traços sociais gerais, isto é, foi uma variação de uma tradição que era relativamente comum à época da constituição da personalidade de Arena. Assim, se havia elementos bastante objetivos – ou, noutras palavras, tradições – que possibilitaram a existência desse tipo peculiar de dominação, não foi menos objetivo que esses elementos tenham sido reunidos numa subjetividade como a de Salvador Arena. Cabe, agora, soltar o “nó social” que foi a personalidade de Arena com vistas a compreender como ela se constituiu como uma maneira de tentar efetivar a dominação que se construiu na TM.

FORMAÇÃO INTELECTUAL

Arena nasceu em 15 de janeiro de 1915 em Trípoli, capital da Líbia, que, então, estava submetida à Itália. Filho único de pais italianos, tinha cinco anos quando a família emigrou para São Paulo. Viveram modestamente em uma chácara na Vila Prudente – bairro paulistano então habitado por imigrantes italianos – em que seu pai mantinha uma oficina mecânica. Na maior parte da infância Arena esteve metido na oficina do pai e no futuro se orgulhou de ter começado a trabalhar já aos oito anos.

Iniciou os estudos primários apenas aos dez anos, pelas mãos de um padre italiano, amigo da família. Segundo sua biógrafa, o pequeno Arena sentia-se desajustado no convívio com as crianças mais novas, tendo, entretanto, contornado esse desafio devido à destacada capacidade intelectual que o levou, enfim, ao curso ginásial no Colégio Mackenzie. De família católica, é provável que tenha sido sua passagem por um colégio presbiteriano que lhe inculcou a obsessão pelo trabalho, os inúmeros hábitos ascéticos de que tanto se orgulhava⁴ e a hipotética propensão à frugalidade⁵ – atitudes que futuramente exigiria de todos os funcionários da TM. Fato importante de sua trajetória acadêmica foi sua passagem pela Escola Politécnica na primeira fase desta instituição de ensino, isto é, entre 1894 (ano de sua inauguração) e 1934 (quando ela deixou de ser um instituto independente e se associou à recém-criada Universidade de São Paulo).⁶ Suponho que compreender o espírito que animou a fundação e a primeira fase da Politécnica de São Paulo é importante não apenas para explicar a origem de algumas atitudes de Salvador Arena, bem como para evidenciar a origem de um dos elementos que mais contribuíram para efetivar o tipo de dominação que se efetivou na Termomecânica: o total conhecimento de Salvador Arena quanto ao processo de trabalho que era desenvolvido em sua fábrica.

⁴ Segundo a biógrafa, Salvador Arena era: atlético, não fumava e não bebia, nem socialmente. Praticava vários esportes – tênis, natação, squash, remo. Fazia questão de ter uma alimentação saudável, com alto teor de proteínas. Nunca teve problema algum de saúde, exceto, quando mais velho, um desgaste no joelho que o impediu de praticar esportes. Era estudioso e pesquisador de dietas alimentares. Chegou até a publicar artigos sobre o tema. (ALVES, 2000, p. 31)

⁵ Uma vez importou dois Cadillac, embora preferisse carros nacionais usados e confortáveis. Não queria chamar atenção. Os Cadillac foram importados quase por imposição dos funcionários. Usava-os pouco, às vezes para ir ao litoral. Mais tarde, os carros, um dourado e outro azul, em perfeito estado de conservação, foram doados, um para o Fundo Social da Prefeitura de São Bernardo do Campo e outro, para uma entidade assistencial. Gostava mesmo era de pescar. (...) Sempre mandava peixe para os amigos. Fazia de tudo para agradá-los. Generoso, prestativo, dava presentes, interessava-se por seus problemas, em especial pela saúde, e fazia de tudo para ajudar. Chegava a alugar equipamentos hospitalares quando achava que alguém precisava de atendimento especial. (...) Outra coisa que adorava fazer era jogar baralho, em geral tranca. (ALVES, 2000, p. 28-30).

⁶ Tomo como referência para definir a periodização da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo o argumento de Milton Vargas, professor emérito da Escola Politécnica, que também contribuiu com pesquisas sobre a história da engenharia no Brasil. Ver VARGAS (1994, p. 11-30).

A Escola Politécnica foi um dos frutos da união entre os cafeicultores liberais, os profissionais liberais e os interesses protoindustrialistas que despontavam na sociedade brasileira desde meados do século XIX, durante o Segundo Reinado.⁷ A Escola foi inaugurada em 1894 e teve como seu primeiro diretor o homem que a concebeu e lhe propôs a criação, o deputado estadual Antônio Francisco de Paula Souza. O deputado Paula Souza foi um insígnio símbolo da união entre os cafeicultores e os interesses liberais protoindustrialistas: seu avô paterno foi um proeminente político liberal paulista da época do Império (Francisco de Paula Souza e Melo) e seu pai (também chamado Antônio Francisco de Paula Souza) foi um defensor do abolicionismo;⁸ por fim, seu avô materno foi um dos iniciadores da lavoura cafeeira paulista (Antônio Paes de Barros). Como outros jovens da elite paulista do período, Paula Souza foi enviado à Europa para fazer os estudos secundário e superior, mas seu destino não seguiu os passos da tradição bacharelesca brasileira: suas origens liberais, antiescravagistas e protoindustriais o levaram, em 1861, à Alemanha para estudar em um dos famosos institutos politécnicos alemães, os *Technische Hochschulen*. Em meados do século XIX as escolas politécnicas alemãs atraíam estudantes do mundo todo, pois representavam o que havia de mais moderno no desenvolvimento capitalista, isto é, a articulação entre ciência e indústria com vistas ao desenvolvimento tecnológico que permitia e reforçava a segunda revolução industrial.⁹ Paula Souza formou-se em 1865 e sua passagem por uma *Technische Hochschule* foi decisiva, porque essa instituição foi o modelo que inspirou a criação e dominou os projetos pedagógicos da primeira fase da Escola Politécnica de São Paulo. Todavia, contrariamente ao desejo de Paula Souza, a pesquisa tecnológica não foi norma rotineira na indústria paulista, exceto na construção civil, o que fez com que o curso de

⁷ A criação da Escola Politécnica é um exemplo dos vários pontos de articulação entre os interesses dos primeiros industriais e os interesses políticos da elite cafeeira. A indústria, notadamente a paulista, recebeu os primeiros incentivos econômicos a partir dos excedentes acumulados com a exportação cafeeira (veremos que a articulação entre industriais e fazendeiros não foi apenas econômica, como também cultural). Tudo isso indica se não uma associação umbilical, ao menos uma convergência de interesses (ainda que, em vários momentos, fosse tensa) entre os setores agrário e industrial, aliança que perdurou pelo menos até o final da década de 1930.

⁸ O avô de Paula Souza, Francisco de Paula Souza e Melo (1791-1852) defendia desde 1821 a independência do Brasil, tendo sido candidato à Constituinte de 1823, senador da Regência em 1833 e Presidente do Conselho de Ministros de D. Pedro II em 1847. Já seu pai, quando Ministro da Agricultura do Gabinete Marquês de Olinda, foi o primeiro a assinar um projeto de lei que extinguisse a escravidão. É importante ressaltar que o liberalismo que eles (e outros membros da elite liberal brasileira) postulavam não era em nenhum sentido libertário, mas, sim, de tipo paternalista e autoritário.

⁹ Segundo Harry Braverman, ao longo do século XIX as ciências teóricas puras se desenvolveram fortemente nas universidades alemãs devido à força do idealismo alemão que incentivava a especulação teórica. O resultado disso foi um enorme desenvolvimento das ciências teóricas que, em seguida, tornando-se ciências aplicadas, se tornaram essenciais para o desenvolvimento do capitalismo monopolista iniciado com a segunda revolução industrial. Ver BRAVERMAN (1980, p. 141).

engenharia civil fosse aquele que formava o maior número de profissionais (ainda que esse número não passasse de algumas dezenas). Os egressos da Escola Politécnica de São Paulo tinham sido treinados para projetar criativamente e desenvolver a indústria nacional; eram profundos conhecedores das artes industriais e de ciência; em suma, ao se formarem com base no ideal de fusão entre ciência e técnica, transformavam-se em hábeis “resolvedores de problemas”, elemento essencial para uma indústria que nascia num cenário cujo patamar tecnológico era definido pelos avanços da segunda revolução industrial, mas que tinha pouco capital disponível ao investimento, sendo imprescindível aproveitar até o limite os recursos existentes.

Foi nesse clima político marcado por um liberalismo paternalista e autoritário e inspirado na fusão entre ciência e indústria (especialmente exitoso na engenharia civil), que Salvador Arena se graduou, em 1936, como engenheiro civil na Escola Politécnica de São Paulo. Continuemos esboçando os elementos que se combinaram na constituição da personalidade singular de Salvador Arena e, por isso, são essenciais para compreender as origens da força de sua dominação pessoal.

A TRADIÇÃO PATERNALISTA INDUSTRIAL BRASILEIRA

Salvador Arena experimentou determinações objetivas que ele não poderia confrontar se não negando sua própria condição burguesa; assim, suas crenças e atitudes benevolentes não eram mera hipocrisia deliberada: ele tinha fé sincera em sua justiça e não as professava por mero oportunismo.

É evidente que acreditar naquilo que dava sentido às próprias ações e especialmente à sua própria condição de dominante era, para Arena, tão fácil quanto lógico. Entretanto, para que ele pudesse universalizar sua própria visão de mundo como se fosse o único ponto de vista razoável (a única verdade válida para todos), precisava contornar em sua própria consciência a indissolúvel contradição que opõe o capital à classe trabalhadora; para tanto, exercitou a benevolência como uma espécie de autoindulgência, de maneira que cumprisse o duplo papel de organizar a experiência operária conforme os interesses do patrão (forjando uma identidade operária resignada) e de lhe arrefecer as culpas sociais fazendo-o crer que estava efetivamente realizando o bem de todos. De qualquer modo, ainda que Arena tivesse um modo de ver o mundo que o beneficiava bastante, ainda assim acreditava sinceramente que, ao fazer bem a si mesmo, fazia o bem de seus operários. Segundo sua biógrafa:

Salvador Arena morreu na plenitude de seus 83 anos junto aos que mais amava: seu colégio, seus funcionários, suas máquinas, sua fábrica. Homem de convicções

personais embasadas em teorias sociais, enérgico, austero, paternalista, visionário, obstinado, polêmico, sua mola propulsora era acreditar nas pessoas e em suas potencialidades, na dedicação e no amor ao trabalho. Sempre lhe sobrou ousadia, talento e suor para pôr em prática suas ideias ao longo de sua existência. E é assim que será lembrado por todos aqueles que tiveram o privilégio de partilhar seu convívio.

Quando um velho amigo o convidou para fazerem juntos a uma viagem ao exterior, Arena foi categórico com seu jeito italianado, gesticulando e apontando para a fábrica: *“eu sou feliz aqui, por que eu vou sair? Meu mundo é isto aqui.”* [grifo nosso] (ALVES, 2000, p. 116).

Arena tinha “convicções pessoais embasadas em teorias sociais”. Mas quais eram estas teorias? Quais tradições fundamentavam suas convicções? Tentarei aqui escavar as tradições que permitiram tal crença sincera. Afinal, para acreditar sinceramente em algo é necessário não apenas que a crença seja funcional, útil e oportuna, como também que haja uma tradição que respalde sua razoabilidade e, portanto, que avalize que qualquer adesão à tradição seja sempre uma adesão honesta.

A tradição paternalista brasileira remonta à dominação de tipo pessoal exercida pelos grandes fazendeiros desde a época da colônia e, por inúmeros processos de transmissão cultural no interior da elite brasileira, foi legada a vários industriais da primeira metade do século XX que tinham fortes ligações com os cafeicultores (isso quando os fazendeiros ou seus herdeiros não eram eles próprios, industriais). Tal tradição remonta também à origem imigrante de parte da primeira classe industrial brasileira, que trazia consigo tradições de regiões europeias em que o paternalismo também deixou destacada sedimentação – isto é, Itália, Portugal, Espanha etc.

São múltiplas as conexões, a partir do fim do século XIX, entre a elite cafeeira e o nascimento da burguesia industrial brasileira e, além dos excedentes econômicos que permitiram o investimento na indústria, um dos vários legados dos fazendeiros aos industriais foi a transmissão de um senso prático, isto é, de uma habilidade em exercitar um tipo específico de dominação simbólica cujos traços principais remontam às mais antigas e tacanhas formas do patriarcalismo brasileiro.¹⁰

¹⁰ Warren Dean (s.d.) demonstrou que a partir do final do século XIX os excedentes do café foram imprescindíveis para a industrialização paulista. Entretanto, o historiador foi além e destacou como a circulação financeira ocasionada pelo comércio exportador de café acabou criando um mercado interno de muito potencial. Assim, como os fazendeiros já eram conhecedores da atividade comercial, acabaram por se enveredar também pelos caminhos da importação com vistas a atender a crescente demanda do mercado interno brasileiro por produtos industrializados. Da participação em negócios de importação ao investimento industrial não demorou muito: uma vez que os fazendeiros (e especialmente seus herdeiros) conheciam o mercado consumidor, viram nele a possibilidade de investir na manufatura e se tornarem industriais. Dean destacou também como muitas vezes os comerciantes importadores (que geralmente eram imigrantes italianos ou portugueses) acabaram se tornando industriais por também conhecerem o mercado consumidor. Foi da união entre os cafeicultores (e seus herdeiros) e os comerciantes imigrantes que se constituiu a matriz da primeira burguesia industrial brasileira; aliás, tal aliança foi além dos negócios e se consolidou até mesmo pelos laços do casamento entre membros desses grupos sociais: os imigran-

Entretanto, não retornarei aos primórdios da cultura paternalista que remonta à época da colonização nem mesmo à época do Império para delinear os contornos da tradição paternalista industrial. Do mesmo modo, não farei uma genealogia dos traços paternalistas trazidos pelos imigrantes. Suponho ser mais econômico compreendê-la com base nas diferentes posições políticas assumidas pela burguesia industrial brasileira ao longo de seus anos de formação (isto é, durante a Primeira República) e de sua consolidação enquanto classe hegemônica (isto é, após a revolução de 1930 e especialmente após 1937). O objetivo ao final é demonstrar como os anos de juventude de Salvador Arena – vale reiterar: nascido em 1915, graduado na Escola Politécnica em 1936 e tendo trabalhado na Light – foram inevitavelmente marcados pelos famosos “heróis da indústria” que, por muito tempo, pregaram uma forma extremada de liberalismo paternalista (depois abordarei essa aparente contradição). Em suma, creio que ao recuperar a tradição paternalista industrial brasileira, serão descobertas as raízes das crenças sociais que motivaram Salvador Arena a gerenciar sua fábrica de maneira paternalista. Busco aqui desmitificar a aura de benevolência descomprometida que Arena procurou construir, empalmando-a em tradições políticas nacionais bastante longínquas e que sempre serviram muito bem à retórica dos dominantes.

O relativo sucesso da economia voltada para o mercado externo incrementou a circulação de capitais no país e instigou a criação de um mercado interno que era abastecido por meio da importação de produtos industrializados. Entretanto, no cenário de acumulação de capitais oriundos do comércio exportador, a indústria nacional tornou-se um segmento aberto a todos que tinham capital à disposição e algum conhecimento do mercado consumidor. Assim, imigrantes importadores, fazendeiros, comerciantes distribuidores etc., se lançaram à atividade industrial que encontrava no cenário político e institucional construído pela elite agrário-exportadora um ambiente propício.

Com a crescente industrialização verificada no Brasil desde o fim do século XIX e ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a exploração da classe operária e a miséria em que ela se encontrava tornaram-se questões sociais prementes e, entre outros, este foi um dos principais temas que fizeram os industriais brasileiros se moverem como classe.¹¹ Além disso, desde o fim do século XIX os burgueses procuravam superar a competição

tes se aliavam às tradicionais famílias dos fazendeiros e, assim, nos excedentes do comércio exportador encontravam o crédito necessário para investir na indústria. Neste processo, formou-se mais do que a indústria paulista: encontraram-se dois tipos sociais – o fazendeiro brasileiro e o imigrante italiano ou português – que tiveram suas consciências forjadas em meios em que o autoritarismo paternalista dava o tom das relações sociais. Assim se formou não apenas economicamente, mas também social e eticamente a burguesia industrial brasileira.

¹¹ Os principais argumentos que desenvolverei a seguir foram articulados com base nas obras de Luiz Werneck Vianna (1999) e Warren Dean (s.d.) e, eventualmente, de John French (1995).

autodestrutiva e se constituir como classe para forçar o Estado a adotar políticas que os beneficiassem, tais como ações protecionistas, concessão de crédito, manutenção de juros baixos, estabilização monetária e, especialmente, um mercado de trabalho livre pautado no liberalismo individualista etc.¹² Desse modo, com vistas a enfrentar o crescente movimento operário e influenciar as políticas públicas de um Estado dominado pela elite agrário-exportadora, os industriais empreenderam diversas tentativas de união das quais surgiram vários centros industriais.¹³

O Estado construído a partir da Constituição de 1891 era hegemônico pela elite agrário-exportadora que, para a consecução de seus objetivos econômicos, adotou uma retórica política e um desenho institucional fundamentados num tipo extremado de liberalismo individualista que, por justificar o federalismo, acabava permitindo que a dominação regional exercida pelos fazendeiros não sofresse nenhum tipo de restrição por parte do governo central, garantindo, assim, que eles pudessem maximizar os lucros que auferiam com a exportação. Em suma, o liberalismo postulado pelos fazendeiros exportadores conduzia ao federalismo que, por sua vez, lhes permitia instrumentalizar uma política livre-cambista bastante independente do governo central.

Os industriais brasileiros levaram a cabo seu projeto industrialista na esteira do poder político exercido pela elite agrário-exportadora e, ainda que tenham almejado controlar o Estado por si mesma, nunca alimentaram nenhuma ambição efetivamente revolucionária. Contudo, não se pode acusá-los de lenientes só porque não eram adeptos de um abstrato ideal revolucionário. Muitas vezes acusou-se a primeira burguesia industrial brasileira de não ter um projeto para se tornar uma classe hegemônica, indicando que isso derivava do traço paternalista herdado dos fazendeiros brasileiros. Essa crítica parte do pressuposto equivocado de que a elite agrário-exportadora era um grupo antiburguês que travava o desenvolvimento da burguesia industrial.¹⁴ Todavia, segundo Werneck Vianna (1999), a elite agrário-exportadora era uma facção social burguesa, uma vez que suas atividades agrícolas se voltavam exclusivamente para a autovalorização do capital que investiam. Nessa medida, num ambiente político e institucional que os favorecia, os industriais não tinham razões para romper com os fazendeiros. Além disso, na verdade, os industriais

¹² Nesse sentido ver Teixeira (1990), Dean (s.d.) etc.

¹³ As seguintes instituições foram importantes centros industriais desde o fim do século XIX até o Estado Novo: CIFTSP (Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo), CIFTRJ (Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro), CIB (Centro Industrial do Brasil), CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

¹⁴ Segundo Luiz Werneck Vianna, autores como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Warren Dean, entre outros, esposaram a tese da ausência de um projeto político e de uma consciência de classe entre os industriais brasileiros (1999, p. 124-126). Ainda que suas preocupações fossem de outra natureza, acho que essa tese também estava pressuposta por Fernando Henrique Cardoso (1964).

tinham um projeto (ainda que mera veleidade) para se tornar uma classe hegemônica que, contudo, não os colocava em antagonismo ante a elite agrário-exportadora e a ordem social por ela construída.¹⁵ A ordem política e institucional construída pela elite agrário-exportadora oferecia o ambiente desejado pelos industriais precisavam: um mercado de trabalho livre da intervenção estatal porquanto alicerçado no individualismo liberal.

Aos poucos, contudo, a ordem liberal inaugurada em 1891 sofreu algumas alterações. O Estado brasileiro, diferentemente do que por muito tempo se pensou, de um momento inicial em que efetivamente pouco interveio no mercado de trabalho, cada vez mais passou a influenciá-lo. Ocorre que com a crise econômica, política e social que se desenrolou ao longo da década de 1920, aos poucos a questão social tornou-se uma questão de Estado, à medida que a classe operária se organizava e se tornava politicamente influente. Assim, desde os primeiros anos da década de 1920, construiu-se de forma tímida e vagarosa uma legislação social que, todavia, não impediu que o Estado, incitado pelos industriais, se abstinhasse de reprimir o operariado e tratar os rebeldes como casos de polícia. De qualquer modo, apesar da mudança de posição do Estado brasileiro ante a questão social, a burguesia industrial permaneceu intransigente em seu projeto hegemônico. Vejamos os traços do projeto de dominação hegemônica da burguesia industrial (o qual deitou profundas raízes na consciência de Salvador Arena), o qual foi postulado pelo menos até meados da década de 1930 e que propunha uma idílica sociedade industrial liberal e paternalista. Começemos pelo elemento liberal:

O domínio integral da burguesia (domínio mais direção da vida social) requer um sistema de organização da vida das classes subalternas. Crenças, valores, formas de lazer e conduta instintiva são questões a serem resolvidas, no sentido de adequá-los à ordem em curso. A burguesia industrial brasileira, afirmando sua pretensão hegemônica, nega mostrar-se neutra quanto ao problema. Assume conseqüentemente o evangelho fordiano do trabalho e seu escopo totalizante de submeter o trabalhador à fábrica, a partir do controle de sua vida instintiva (VIANNA, 1999, p. 113-114)

¹⁵ Segundo Werneck Vianna, *op. cit.*: (...) o segredo da compatibilidade dos industriais com os agrários, no que concerne à configuração da ordem, consiste exatamente no liberalismo ortodoxo que a oligarquia foi compelida a criar para legitimar a idéia de federação. Afinal, o Estado dos interesses agrário-exportadores se apresentava como altamente compatível com o desejado pela ordem da burguesia industrial. Sendo assim, a questão do controle imediato do aparato estatal, afóra a pendência do protecionismo, não se coloca como um desafio, sobre cuja resolução dependesse a expansão da facção burguesa industrial. Nessa medida, o empresário pode se manter no continente da fábrica, desobrigado da árdua descoberta do que é fazer política. (...) nada a impelia a um confronto radical com o Estado oligárquico (VIANNA, 1999, p. 97-98).

Deste modo, para os industriais:

Esta classe (proletária) jamais se congregou em torno de ideais avançados e nunca teve veleidades de esposar a grande cópia (sic) de reivindicações que por vezes chegam a inquietar a sociedade dos velhos países industriais do estrangeiro. *A única finalidade do proletário brasileiro é o trabalho bem remunerado* e a sua alma simples ainda não foi perturbada por doutrinas dissolventes que correm mundo e que, sem cessar, vêm provocando dissídios irremediáveis entre duas forças que, bem orientadas, não se repelem, antes se completam em íntima entrosagem: o capital e o trabalho (Otávio Pupo Nogueira *apud* VIANNA, 1999, p. 112).

Mas o que significa “bem orientar” a relação entre o capital e o trabalho? A ambição de construir uma sociedade salarial¹⁶ à moda do liberalismo norte-americano exigia um modelo de altos salários que eram inviáveis diante do nível de produtividade da indústria brasileira, que além de recém-nascida era periférica. Assim, na impossibilidade de arcar com altos salários e refratários à intervenção estatal no mercado de trabalho, os industriais suplementavam a remuneração inferior de seus trabalhadores com vários benefícios concedidos como favor paternalista, os quais, contudo, nunca eram generalizados a todos os operários.¹⁷ Para funcionar como ideologia com pretensões hegemônicas, o liberalismo extremado da burguesia industrial teve de associar-se ao paternalismo, que, ademais, costuma se fortalecer em sociedades que passam por processos de modernização industrial. Vejamos como os traços paternalistas se enlaçam no liberalismo dos primeiros industriais brasileiros:

A maneira de pensar (...) que relega o trabalhador a uma posição inalteravelmente inferior na sociedade e lhe encara a subsistência como responsabilidade do empregador, não enseja nenhuma possibilidade de que ele venha a merecer mais do que um regime de subsistência. O que lhe é dado além do estritamente necessário não se concebe como direito seu. O operário não passa de um homem pobre, que foi impedido de morrer à míngua pelos esforços de um dos super-homens da vida, e o que quer que obtenha além de uma cõdea de pão, uma camisa

¹⁶ Uso aqui a noção de “sociedade salarial” tal como empregada por Robert Castel (1998, p. 417). Este autor, por sua vez, inspirou-se nas contribuições de vários autores, entre eles, àqueles da chamada “Escola Francesa da Regulação” (isto é, Alain Lipietz, Benjamin Coriat, Michel Aglietta, Robert Boyer, etc). Apesar de usar a expressão, discordo da avaliação geral de Castel acerca da sociedade salarial (fordista). Neste sentido, estou de acordo com Ruy Braga quando afirma que a cidadania salarial nunca foi capaz de remover a precariedade do seio da relação salarial (BRAGA, 2012, p. 16-17).

¹⁷ Ademais, para os industriais liberais, o paternalismo era a melhor maneira de evitar que o Estado tomasse parte nas relações industriais. Segundo John French: *Embora ainda não fossem típicas de todas as empresas, essas políticas administrativas progressistas, até mesmo algo reformistas, eram vistas pelos mais eminentes industriais brasileiros, como Roberto Simonsen [ou Jorge Street, além de vários outros – nota do Autor, DTS], como parte do empenho em evitar a intervenção do Estado nas relações industriais e trabalhistas, que constituía a marca da política trabalhista federal de Vargas após 1930* (FRENCH, 1995, p. 72).

e um teto só pode ser resultado de roubo ou da infável generosidade do empregador. As gratificações, por exemplo, geralmente se concediam numa ocasião que refletisse o esplendor do empresário (...). A dificuldade dessa ideologia é que ela não põe dinheiro no bolso do trabalhador (DEAN, s.d., p. 187).

E ainda:

Não obstante, o paternalismo era considerado pelos contemporâneos, em São Paulo, o mais avançado dos dois papéis [isto é, o paternalismo era mais avançado do que a ultraexploração dos operários], a despeito da clara implicação de que o trabalhador teria de permanecer, moral e politicamente uma criança diante do patrão. (...) Mas o paternalismo, por si mesmo, passa a ser uma forma de exploração racional da mão-de-obra a partir do momento em que se torna autoconsciente (DEAN, s.d., p. 168).

Os três estabelecimentos industriais [Cerâmica São Caetano, Rhodia e Pirelli] adotaram políticas de pessoal sistemáticas – tais como a contratação somente por vínculo familiar – bem como um sistema de pagamentos extras de salário e de bonificações a trabalhadores veteranos, aos que tinham filhos pequenos e aos particularmente produtivos ou cooperativos. Além de proporcionar certas comodidades, tais como água filtrada e refeitórios, empenhavam-se também em sistematizar a concessão de benefícios – tais como os alojamentos limitados da companhia – a operários e supervisores que os merecessem. Ao criar uma mão-de-obra voltada para a companhia, essas políticas ofereciam uma base para resistir às tentativas de organização independentes. Mas esses empregadores procuravam ir além e organizar seus operários fora da fábrica. Essas três companhias financiavam clubes esportivos, alguns com seus próprios campos de futebol local. Essas associações também organizavam excursões à praia de Santos e outras atividades recreativas, como bailes. A Cerâmica São Caetano promovia até sessões de cinema para os operários num salão especial da fábrica. Também não eram esquecidas as necessidades materiais das famílias dos operários: várias empresas mantinham suas próprias cooperativas ou armazéns, para fornecer gêneros alimentícios básicos a preços reduzidos. Um terceiro componente de importância era a prestação de serviços básicos não oferecidos pelo Estado. A Rhodia prestava atendimento médico e farmacêutico gratuitos e a Pirelli cobria, total ou parcialmente, a maioria das despesas cirúrgicas. Essas companhias também realizavam pagamentos especiais no caso de morte ou de ferimento em serviço. Finalmente o gerente da Cerâmica São Caetano, Armando Arruda Pereira, tinha grande orgulho da escola e do playground que a companhia proporcionava a 120 dos filhos de empregados, no recinto da fábrica. Os melhores alunos recebiam contas de poupança como prêmio da companhia (FRENCH, 1995, p. 71).

Os primeiros industriais brasileiros eram adeptos de um liberalismo à moda norte-americana que jamais seria alcançado. Justamente por isso, remediavam-no com o tradicionalismo paternalista por meio do qual buscavam se articular benefícios sociais como benemerência patronal. O paternalismo normalmente era praticado apenas pelos grandes “capitães da indústria”, pelos “super-homens da vida” que, todavia, mal podiam esconder que seu ideal social só poderia ser exercido após conquistarem posições

inexpugnáveis no mercado, de maneira que o tamanho da bondade variava em função do poder econômico de cada industrial, não sendo jamais passível de universalização. A baixa produtividade, mesmo das maiores indústrias brasileiras, impedia que os industriais paternalistas pudessem implementar os altos salários que permitiriam a consolidação (ao menos para alguns setores da classe trabalhadora) da norma de consumo¹⁸ fordista, e assim forjar, desde o chão de fábrica, a dominação da primeira burguesia industrial brasileira. Restava-lhes, portanto, organizar um sistema de benefícios que pudesse não apenas arrefecer os ânimos dos operários (insatisfeitos com a ultraexploração e os salários miseráveis), como também discipliná-los, inculcando-lhes os ideais industrialistas. Deste modo, a política de bem-estar dos industriais se expressava principalmente mediante a concessão de benefícios externos ao salário tais como a concessão de casas em vilas operárias, a construção de escolas, hospitais, creches, igrejas, clubes esportivos, armazéns etc. Entretanto, exatamente neste ponto, já é possível perceber as insuficiências do projeto hegemônico da burguesia industrial: longe de ser uma política consensual de toda a classe, os benefícios paternalistas foram alvo de controvérsia entre os industriais, que não chegavam a um acordo quanto ao tamanho adequado da benevolência patronal.¹⁹

Assim, o liberalismo fordista brasileiro (melhor mesmo seria dizer “taylorismo primitivo”²⁰) não passou de pretensão hipócrita de nossos primeiros industriais, os quais puderam sustentar sua retórica política apenas combinando o liberalismo com o conservadorismo paternalista que, entretanto, mal se sustentava. O industrial Jorge Street foi muito claro a este respeito:

(...) para o Brasil eu sempre discordei da tese [referindo-se a Henry Ford – nota do Autor, DTS], pois conhecendo, como me prezava conhecer, a mentalidade e a cultura do nosso operariado, eu entendia que devíamos até melhores tempos, passar por um período intermediário, em que nós patrões, servíssemos de conselheiros e guias, sem que ao meu ver isso constituísse uma teoria pesada ou inconveniente aos nossos auxiliares de trabalho (Jorge Street *In*: TEIXEIRA, 1990, p. 80).

Street concluía que “(...) não ia construir nenhuma obra de caridade, mas sim uma obra de justiça e de direito social” (*Idem*). Ao opor caridade à justiça social, evidenciou toda a normatividade do projeto liberal paternalista da burguesia industrial e, portanto, sua pretensão de dominação hegemônica.

¹⁸ Uso aqui a noção de “norma de consumo” tal como empregada por Michel Aglietta (1979) e outros autores da “Escola da Regulação”.

¹⁹ Segundo Warren Dean, *esse curso de ação [a extensão do paternalismo], entretanto, teve limitado o seu efeito, em parte, pela emergente solidariedade dos próprios industriais, que não hesitavam em aplicar sanções contra o colega que desempenhasse com excessiva liberalidade o seu papel paternalista* (DEAN, s.d., p. 169).

²⁰ A expressão é de Nilton Vargas (1985).

Muitos sociólogos e historiadores afirmaram que o personalismo característico do paternalismo não se encaixaria bem às necessidades de racionalização burocrática das indústrias. Contudo, na verdade ele foi imprescindível para o controle político da classe trabalhadora na medida em que procurou incutir-lhes a concepção de que a empresa era uma grande família cujo vínculo primordial era a relação afetiva entre operário e patrão. Deve-se destacar que, evidentemente, os operários não foram passivos diante dos padrões: percebendo a fresta aberta pelo discurso patronal, impuseram suas exigências econômicas e políticas como uma acomodação ao discurso paternalista industrial; em suma, nunca foram vítimas indefesas da ideologia patronal. Ademais, além do controle paternalista dos operários, é possível mencionar outra vantagem do personalismo paternalista. Segundo Fernando Henrique Cardoso, o controle pessoal centralizado e excessivo que os industriais exerciam sobre suas fábricas lhes concedia a presteza e a flexibilidade necessárias para contornar a frequente instabilidade econômica.²¹ Portanto, no alvorecer da industrialização brasileira, a mentalidade paternalista foi uma mola propulsora e não um obstáculo ao desenvolvimento industrial. É verdade que, após a década de 1940, talvez esta mentalidade tenha se tornado, junto à falta de capacidade de investir, um entrave à continuidade da modernização industrial. Assim, ao verificar a burguesia nacional hesitante entre o Estado e o capital estrangeiro como a fonte dos recursos necessários à continuidade da modernização industrial, Fernando Henrique Cardoso, excessivamente preso nas trilhas teóricas da dicotomia entre o tradicional e o moderno, acabou por esposar a tese da incompletude da burguesia brasileira, caracterizando-a como portadora de uma consciência incompleta, porquanto se escorasse no tradicionalismo econômico, político e cultural que de fato lhe impedia de assumir-se e tornar-se uma classe dominante. Discordo da tese da incompletude de classe, tanto da burguesia quanto do proletariado brasileiro. No que se refere à burguesia industrial, suponho que essa teve, sim, um projeto hegemônico – o liberalismo paternalista – que foi superado pelo compromisso corporativista forjado na década de 1930. Nos quadros do corporativismo, a burguesia industrial brasileira foi contemplada por uma política pública industrialista que, entretanto, impunha uma dominação indireta da burguesa industrial – a hegemonia burguesa era temperada pelas exigências dos setores tradicionalistas e mediada pelos setores tecnocráticos da classe média. A dominação direta da burguesia industrial

²¹ Segundo Fernando Henrique Cardoso: (...) a centralização da autoridade, típica do paternalismo, permitiu a sobrevivência de muitas indústrias nos momentos mais delicados da economia brasileira: Isto quer dizer que o grau escasso de previsibilidade econômica imposto pela conjuntura sócio-econômica brasileira obriga os empresários a tomar decisões rápidas, guiadas mais pela "sensibilidade econômica" do que pelo conhecimento técnico dos fatores que estão afetando a empresa. A delegação de autoridade e a racionalização das formas de controle pode resultar, nesta conjuntura, em perdas graves, que a ação pronta e "irracional" (isto é, não controlada por meios técnicos) do chefe de empresa pode evitar. (CARDOSO, 1964, p. 106)

só foi construída após o golpe militar de 1964, quando aproveitou o corporativismo e o transformou na ferramenta que lhe possibilitaria a dominação incontestada nas fábricas, e quando destruiu a democracia para libertar-se da negociação com os demais segmentos de classe. As aventuras políticas da burguesia industrial brasileira se referem muito mais às contingências políticas da sociedade brasileira do que a uma hipotética falta de consciência de classe.

No que foi exposto, nota-se a incapacidade de o liberalismo paternalista dos industrialistas brasileiros de se transformar em uma forma de dominação hegemônica: o liberalismo não poderia se generalizar para todas as fábricas porque o aumento desenfreado dos benefícios paternalistas impediria a realização dos lucros industriais (além do que, como disse, as benevolências paternalistas eram possíveis apenas aos maiores industriais); ademais, também não poderia se generalizar porque jamais conseguiria impedir a ação rebelde da classe operária; afinal os benefícios da idílica sociedade paternalista industrial não punham dinheiro no bolso do trabalhador.

Em suma, o liberalismo paternalista dependeu da habilidade pessoal do industrial benfeitor; entretanto, constituiu-se por meio da combinação de uma herança cultural paternalista com alicerces econômicos que nunca foram sólidos o bastante para que os capitães de indústria pudessem forjar uma dominação hegemônica puramente liberal.²² Para tornar-se hegemônica, a dominação da burguesia industrial teve de esperar a ação do Estado que, embora já se dirigisse desde a década de 1920 ao mundo industrial, apenas após 1937 é que se configurou como política estatal conscientemente industrialista.²³ Nos braços do Estado, a burguesia industrial brasileira fez do corporativismo e da benemerência pública os sucedâneos de seu inane projeto hegemônico liberal-paternalista.

Apesar de frustrado e cada vez mais caduco após o golpe de 1937, de qualquer maneira o projeto hegemônico dos primeiros industriais brasileiros marcou época e foi referência para muitos jovens industriais. Assim, pode-se dizer que a vasta constelação dos icônicos capitães de indústria,

²² De qualquer maneira vale destacar que a dimensão paternalista do liberalismo de nossos primeiros industriais não lhes foi entrave para o desenvolvimento de um “espírito” e de uma consciência burguesa. Ao contrário, poder-se-ia dizer que a benevolência (ou sua teatralização) era parte do negócio e que a ambição de controle total que é típica da dominação patriarcal foi útil à racionalização taylorista das indústrias brasileiras (como se verá, o caso de Salvador Arena, herdeiro da tradição liberal paternalista, reforça estes argumentos). Assim, devo reiterar que reputo equivocada a tese da falta de consciência de classe dos primeiros industriais (tal tese se fundamenta na herança tradicionalista e paternalista que apenas reforçou, segundo Fernando Henrique Cardoso, o atraso econômico estrutural da economia brasileira). De qualquer modo, reconheço que este não é mais um debate que aflige os intelectuais como fora outrora.

²³ Nesse sentido, ver Dean (s.d., p. 221 e ss.). Segundo Fernando Henrique Cardoso (1964, p. 128-129), é uma das características dos “capitães de indústria” a estratégia de vencer a concorrência antes por meio de favores políticos do que pelo aumento da produtividade fundada no avanço técnico. Sua ação política se fundava em laços personalistas e na troca de favores escusos.

liberais e paternalistas, consolidou a tradição que embasou as convicções pessoais de Salvador Arena. Entretanto, é impossível inventariar todos aqueles que formaram esta geração de industriais, de maneira que citarei os homens mais insígnies que, na década de 1920, já eram adultos e atuavam como empresários. Entre eles distinguiram-se Otto Ernest Meyer (1897-1966),²⁴ José Ermírio de Moraes (1900-1973),²⁵ Roberto Simonsen (1889-1949),²⁶ A. J. Renner (1884-1966),²⁷ Othon Bezerra de Mello (1880-1949),²⁸ Frederico Lundgren (1879-1946),²⁹ Antônio Pereira Ignácio (1875-1951),³⁰ Jorge Street (1863-1939), Francisco Matarazzo (1854-1937) etc.³¹ Entre esses industriais, tomemos Jorge Street e Francisco Matarazzo como os exemplos mais ilustres e significativos, se não porque sua trajetória e posição social os transformaram em figuras emblemáticas para os propósitos deste trabalho.

Jorge Street iniciou suas atividades industriais em 1894, recebendo de seu pai ações de uma fábrica de sacaria de juta no Rio de Janeiro. A partir daí, construiu um grande grupo têxtil e envolveu-se em vários outros negócios. Foi também destacado líder empresarial e político, defensor de políticas sociais que, entretanto, deveriam ser efetivadas pela empresa. Afinal, não lhe restava dúvidas: a incorporação social do operário era necessária e deveria ser feita pela empresa,³² por meio de um projeto industrialista

²⁴ Imigrante alemão que veio ao Brasil para trabalhar em Pernambuco com os irmãos Lundgren e acabou por fundar, no Rio Grande do Sul, a Varig. Ver Fortes (2004).

²⁵ Fundou, junto de Antônio Pereira Ignácio (seu sogro), o Grupo Votorantim. Além disso, foi um dos principais proprietários da fábrica da Nitro Química, em São Paulo. Ver Fontes (2008).

²⁶ Patriarca da família de proprietários da Cerâmica São Caetano, empresa que presidiu, e fundador da Companhia Construtora de Santos. Foi também destacado líder industrial. Ver Lima (1976) e French (1995).

²⁷ Antônio Jacob Renner foi neto de imigrantes alemães e fundou o grupo industrial A. J. Renner, no Rio Grande do Sul. Ver Fortes (2004) e Pellanda (1944).

²⁸ Industrial têxtil que fundou o Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Ver Mello (2012).

²⁹ Dirigiu a Companhia de Tecidos Paulista desde a morte de seu pai, Herman Theodor Lundgren, em 1907, até seu falecimento. Foi um mito paternalista em Paulista (PE). Ver Leite Lopes (1988).

³⁰ Fundou, junto de José Ermírio de Moraes (seu genro), o Grupo Votorantim. Segundo Warren Dean, *há testemunhos sinceros* [a respeito de algumas das indústrias brasileiras nas décadas de 1910 e 1920 – nota do Autor, DTS] *da existência de creches e jardins de infância, armazéns, igrejas e restaurantes de companhias, casas fornecidas pelos empregadores e assistência médica. Os visitantes da fábrica Votorantim, por exemplo, referiram à presença de todos esses serviços e mais alguns: cinema, piscina, quadras de tênis, campos de futebol, esgotos, água encanada e eletricidade. Votorantim era um caso à parte, por se tratar de uma fábrica muito grande, que distava alguns quilômetros da cidade mais próxima, Sorocaba. Sem embargo disso, pode-se conjeturar que o epíteto “pai dos pobres” caiu “espontaneamente dos lábios sinceros dos operários”.* (DEAN, s.d., p. 166) [os grifos são meus, DST].

³¹ Poder-se-ia ampliar esta pequena lista com outros nomes como Nicola Scarpa, Antonio Penteado, Rodolfo Crespi etc., e ainda empresas como a Rhodia, a Pirelli, a Companhia Antártica, Vidraria Santa Marina, Cigarros Sudan, Chapéus Ramenzoni, Companhia de Calçados Clark, Companhia Lacta etc. Ver Teixeira (1990, p. 73).

³² Todavia, Street foi um dos primeiros que abandonaram o liberalismo paternalista para apoiar o projeto corporativista, demonstrando seu aguçado senso de oportunidade e sua flexível postura política.

pautado num liberalismo adoçado por políticas sociais paternalistas. Segundo Palmira Petratti Teixeira:

A construção de uma imagem paternalista passava pelo reforço da autoridade através da figura do pai, introjetada por todos como talvez a mais legítima e inquestionável das autoridades: o pai materializa-se como ser experiente, pleno de conhecimentos, protetor e provedor, poderoso e severo quando interesses justos e comuns estivessem em jogo. (...) As concessões bondosas do pai: moradias, escolas, farmácias, áreas de lazer, etc., levaram a crer na construção de uma grande família, na qual a colaboração harmoniosa entre estes entes e a organizada pelo poder paterno tentava dissolver e mascarar antagonismos de classe. A grande família passava a habitar uma grande casa: a Vila Maria Zélia [*vila operária construída por Jorge Street, DTS*]. Street transformava-se em pai provedor-disciplinador (TEIXEIRA, 1990, p. 91).

O mesmo pode-se dizer de Francisco Matarazzo, imigrante italiano que se tornou referência para todos os industriais, tendo, aliás, sido primeiro presidente do Centro Industrial do Estado de São Paulo (que posteriormente tornou-se a FIESP). Conhecido como “príncipe da indústria paulista”, construiu grandioso grupo industrial, denominado Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), o qual presidiu como chefe patriarcal. Sua postura paternalista se exerceu para além de seus operários, transbordou para a sociedade em geral e transformou-se em modelo. Matarazzo procurou teatralizar uma imagem de homem humilde que venceu pelo trabalho, verdadeiro *self-made man*; procurou transformar-se numa referência, especialmente para os imigrantes italianos, sobre os quais exerceu imensurável ascendência moral:

Aliás, a concepção do enriquecimento pelo trabalho a partir do nada, ao ser-lhe aplicada, era meio para identificá-lo com a grande massa [de imigrantes] que via nele o símbolo das suas aspirações, realizadas, e, portanto, o meio que dava legitimidade aparente à sua autoconcepção estamental. Mesmo que a imagem se apresentasse com algumas “ranhuras”, a própria consciência coletiva encarregava-se de superá-las pondo em dúvida, por exemplo, a sua origem fidalga e atribuindo-a a uma tentativa de esconder uma origem humilde. Ainda que, principalmente depois de 1911, fosse cercado de “corifeus” intelectuais empenhados em sublinhar a nobreza dessa origem, para derivar daí, estamentalmente, um prestígio vicário, era concomitantemente prestigiado pelas associações italianas (que dele recebiam doações e diversos outros tipos de benefícios) e que o viam como o futuro possível de cada um dos seus membros (MARTINS, 1973, p. 65-66).

Falta-me o elo perdido, isto é, o documento que comprove a ascendência destes industriais sobre Salvador Arena. Contudo, inúmeras práticas paternalistas de Salvador Arena eram semelhantes àquelas dos primeiros industriais brasileiros: dar comida aos pobres, postura antissindical e exigência de lealdade, concessão de moradia, assistência médica, armazéns da

empresa, escolas para os filhos dos operários etc. Ademais, parece pouco crível que, formado num mundo industrial fortemente marcado por homens tão insígnies, Arena não tenha herdado suas crenças sociais. Italiano que era, é provável que tenha sonhado ser como Matarazzo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- ALVES, Francisca Stella Fagá. *Salvador Arena*. São Paulo: Fundação Salvador Arena, 2000.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, s.d.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond/EDUCS, 2004.
- FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. São Paulo: Ed. FGV, 2008.
- FRENCH, Jonh. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec/São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Três Industrialistas Brasileiros*: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ CNPq, 1988.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Revista Tempo Social*, São Paulo, Vol. 5, n. 1/2, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo: o Empresário e a Empresa*. São Paulo: São Paulo: Hucitec, 1973.
- MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial. 2012*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2012.
- PELLANDA, Ernesto. *A. J. Renner: um capitão de indústria*. Porto Alegre: Globo, 1944.
- SANTOS, Diego Tavares. *A fábrica em que o Lula nunca entrou: um mundo meio isolado no coração do novo sindicalismo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- TOMIZAKI, Kimi. *Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores*. Campinas: Arte Escrita, 2007.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A Fábrica do Sonho: Trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3º vol. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VARGAS, MILTON. Os cem anos da Politécnica de São Paulo In: VARGAS, MILTON (Org.). *Contribuições para a História da Engenharia no Brasil*. São Paulo: Editora EPUSP, 1994.

VARGAS, Nilton. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez/Anpocs, 1985.

VIANNA, Werneck Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.